



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ - SEAD-PI
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS PÚBLICAS - SEAD-PI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ETP Nº: 41 /SEAD-PI/SLC/DIP/ASSESSORIA4 TERESINA/PI, 30 DE JANEIRO DE 2026.

Processo nº 00201.000180/2025-20

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade subsidiar o levantamento de informações, a análise técnica e a avaliação da viabilidade da instauração de procedimento licitatório para a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E COPEIRAGEM**, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao atendimento das necessidades da Casa da Mulher Brasileira – CMB, unidade localizada no município de Teresina/PI.

1.2. A elaboração deste ETP considera a **Nota Técnica que analisou a conveniência e a viabilidade da aglutinação dos Processos Administrativos** nº [00201.000180/2025-20](#), nº [00201.000179/2025-03](#) e nº [00201.000184/2025-16](#), encaminhados pela Secretaria das Mulheres, todos voltados à contratação de mão de obra terceirizada para a prestação dos serviços continuados de limpeza, copeiragem e vigilância armada, respectivamente, com vistas à garantia do funcionamento regular, seguro e ininterrupto da Casa da Mulher Brasileira (ID [0022034378](#)).

1.3. Verifica-se, a partir da análise dos autos, que os referidos processos **decorrem de um mesmo Plano de Trabalho regularmente instituído**, o que evidencia a existência de um planejamento originário comum e revela a correlação material entre os objetos pretendidos, os quais se inserem no conjunto de serviços de apoio necessários à manutenção, segurança e adequada prestação dos serviços públicos ofertados pela Casa da Mulher Brasileira. (ID [016834424](#))

1.4. O presente processo encontra amparo nos normativos que regem as contratações públicas, em especial: o Decreto Estadual nº 21.872, de 07 de março de 2023, que regulamenta, no âmbito do Estado do Piauí, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; a Instrução Normativa SEGES nº 58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e contratação de serviços e obras; bem como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

1.5. Este documento constitui a primeira etapa da fase preparatória da contratação, destinando-se a demonstrar a necessidade, a adequação e a vantagem da solução proposta, de modo a assegurar a continuidade das atividades essenciais da Administração Pública Estadual, em conformidade com as condições e especificações a serem detalhadas no Termo de Referência e seus Anexos.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Secretaria de Estado das Mulheres – SEMPI é o órgão responsável pela formulação, coordenação e execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Piauí, atuando de forma articulada com o Governo Federal e os entes municipais para assegurar a efetividade dessas políticas. Nesse contexto, a **Casa da Mulher Brasileira (CMB)**, localizada no município de Teresina/PI, constitui-se como equipamento público estratégico, destinado à oferta de atendimento integral, humanizado e ininterrupto às mulheres em situação de violência.

2.2. Nesse contexto, a **Casa da Mulher Brasileira (CMB)**, correspondente ao **Eixo 1 do Programa “Mulher: Viver sem Violência”**, configura-se como um equipamento público estratégico e inovador no âmbito da rede de atendimento às mulheres, ao concentrar, em um mesmo espaço físico, serviços especializados e multidisciplinares destinados ao acolhimento, proteção e acompanhamento integral das mulheres em situação de violência, com o objetivo de facilitar o acesso e evitar a revitimização.

2.3. A gestão da Casa da Mulher Brasileira no município de Teresina/PI ocorre de forma compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Teresina e o Governo do Estado do Piauí, por intermédio da SEMPI, cabendo a esta última a responsabilidade pela execução dos **serviços de apoio essenciais ao funcionamento da unidade**, dentre os quais se destacam os serviços continuados de **limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem**, além de manutenção predial, outsourcing e central de transportes. Tais serviços devem observar rigorosamente as normas de funcionamento da CMB, uma vez que impactam diretamente a qualidade, a segurança e a continuidade dos atendimentos prestados às mulheres vítimas de violência. (ID [016757535](#))

2.3.1. Os **serviços continuados de limpeza** são indispensáveis para assegurar a higienização, a salubridade e a adequada conservação das instalações, mobiliários e equipamentos da unidade, prevenindo riscos à saúde de usuárias, servidores, colaboradores e visitantes, bem como evitando a deterioração do patrimônio público. A interrupção desses serviços pode resultar em condições ambientais inadequadas, comprometendo o regular funcionamento da instituição e a qualidade do atendimento ofertado. A contratação de serviços especializados de limpeza contribui diretamente para a promoção da higiene e da saúde, a conservação do patrimônio, o acolhimento humanizado das usuárias e a otimização de recursos, mediante o emprego de mão de obra qualificada e insumos adequados.

2.3.2. No que se refere aos **serviços de vigilância patrimonial**, a necessidade da contratação decorre da natureza sensível das atividades desenvolvidas pela Casa da Mulher Brasileira, que atua como espaço de acolhimento, proteção e atendimento a mulheres em situação de violência e em situação de vulnerabilidade e risco social. A presença contínua de vigilância especializada é essencial para garantir a integridade física das usuárias, das equipes técnicas e dos visitantes, bem como para prevenir e coibir atos de violência, vandalismo ou quaisquer ocorrências que possam comprometer a segurança das pessoas e do patrimônio público. Ademais, a adoção de vigilância armada fortalece a capacidade de resposta da segurança institucional, possibilitando ações preventivas e repressivas eficazes, especialmente diante da inexistência de servidores próprios com qualificação técnica específica para o desempenho dessas atividades. Dessa forma, a contratação revela-se indispensável para a manutenção de um ambiente seguro, protegido, acolhedor e confiável, condição essencial ao regular desenvolvimento das atividades institucionais da CMB.

2.3.3. Os **serviços contínuos de copeiragem** complementam o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, contribuindo diretamente para o bem-estar de servidores, usuárias, visitantes e demais frequentadores da unidade. Tais serviços abrangem atividades como o preparo e o fornecimento de bebidas, a organização e higienização dos ambientes de copa, o controle de materiais e o apoio às rotinas administrativas e operacionais, sendo fundamentais para a manutenção de um ambiente organizado, funcional e compatível com a proposta de atendimento humanizado da instituição. A contratação desses serviços justifica-se pela necessidade de apoio permanente às atividades desenvolvidas na CMB, assegurando a continuidade das rotinas diárias, a adequada organização do espaço institucional e o suporte às equipes técnicas e administrativas, de modo a contribuir para o regular funcionamento da unidade.

2.4. A contratação desses serviços em **regime de dedicação exclusiva de mão de obra** revela-se necessária e adequada, uma vez que a Casa da Mulher Brasileira não dispõe, em seu quadro funcional, de servidores com as atribuições, qualificações e quantitativo suficientes para a execução contínua e especializada dessas atividades. Ademais, trata-se de serviços essenciais, cuja descontinuidade comprometeria o atendimento ininterrupto da unidade, que funciona em regime de 24 (vinte e quatro) horas.

2.5. Ressalte-se, ainda, que a terceirização de serviços operacionais encontra respaldo no entendimento do Tribunal de Contas da União, que reconhece a terceirização como instrumento legítimo de modernização da Administração Pública, desde que adequadamente gerida, especialmente para atividades de apoio, tais como limpeza, vigilância e copeiragem (Acórdão nº 256/2005 – TCU – Plenário).

2.6. Dessa forma, a contratação de empresas especializadas para a prestação dos serviços continuados de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem, com fornecimento de mão de obra, insumos, materiais e equipamentos necessários, em conformidade com as normas técnicas e legislações aplicáveis, mostra-se imprescindível para assegurar o pleno funcionamento da Casa da Mulher Brasileira em Teresina/PI, garantindo um ambiente seguro, higienizado, acolhedor e adequado à oferta de atendimento integral, especializado e humanizado às mulheres em situação de violência.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de **limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem**, a serem executados em regime de **dedicação exclusiva de mão de obra**, com fornecimento de todos os recursos necessários à adequada execução contratual, observadas as normas técnicas, legais, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis, bem como as especificidades da Casa da Mulher Brasileira – Teresina/PI.

3.2. REQUISITOS GERAIS

3.2.1. Para a execução dos serviços, as empresas contratadas deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- Fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, utensílios, insumos e EPIs necessários à execução dos serviços, sem ônus adicional para a Administração;
- Observância das normas de segurança e saúde do trabalho, incluindo o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados a cada atividade;
- Alocação de profissionais devidamente treinados, capacitados e em quantitativo compatível com as demandas operacionais da unidade;
- Cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e demais normas aplicáveis;
- Adoção de práticas sustentáveis, sempre que possível, com vistas à redução de impactos ambientais;
- Comprovação de experiência prévia na execução de serviços compatíveis com o objeto contratado.

3.3. REQUISITOS ESPECÍFICOS – SERVIÇOS DE LIMPEZA

3.3.1. A contratação dos serviços continuados de limpeza abrange a higienização completa das instalações da Casa da Mulher Brasileira, devendo a empresa contratada atender aos seguintes requisitos específicos:

- Utilização de produtos de limpeza devidamente registrados na ANVISA e, preferencialmente, ecologicamente corretos;
- Disponibilização de equipamentos, utensílios e materiais de limpeza adequados às especificidades de cada ambiente, em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- Execução dos serviços conforme rotinas, frequências e padrões de qualidade definidos pela Administração;
- Implementação de plano de gerenciamento de resíduos, assegurando o acondicionamento, a segregação e o descarte adequado dos materiais utilizados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Comprovação de experiência na prestação de serviços de limpeza em ambientes institucionais ou de características similares.

3.4. REQUISITOS ESPECÍFICOS – SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL

3.4.1. Para a prestação dos serviços de vigilância patrimonial, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- Fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, garantindo a presença contínua de vigilantes nas dependências da CMB, conforme escala definida pela Administração;
- Comprovação de experiência e expertise na prestação de serviços de vigilância patrimonial, especialmente em ambientes institucionais ou de atendimento ao público;
- Disponibilização de vigilantes devidamente capacitados, habilitados e treinados para atuação preventiva e repressiva, inclusive em situações de risco e emergência;
- Atendimento integral às exigências legais e normativas aplicáveis à atividade de vigilância, inclusive quanto à formação profissional, habilitação e regularidade junto aos órgãos competentes;
- Fornecimento de equipamentos de segurança compatíveis com as atividades desenvolvidas, em perfeito estado de funcionamento, observadas as necessidades específicas da unidade.

3.5. REQUISITOS ESPECÍFICOS – SERVIÇOS DE COPEIRAGEM

3.5.1. Para a execução dos serviços contínuos de copeiragem, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- Comprovação de experiência na prestação de serviços de copeiragem em ambientes institucionais ou similares;
- Disponibilização de pessoal qualificado, devidamente uniformizado e treinado para o desempenho das atividades;
- Fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos adequados, em quantidade suficiente e em boas condições de uso;
- Cumprimento rigoroso das normas de higiene, segurança alimentar e boas práticas sanitárias aplicáveis às atividades de copa;
- Execução das atividades conforme rotinas operacionais definidas pela Administração, assegurando organização, limpeza e apoio adequado às rotinas institucionais.

3.6. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO:

3.6.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.2. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.7. SUSTENTABILIDADE:

3.7.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, a execução dos serviços deverá observar os **requisitos de sustentabilidade ambiental**, em conformidade com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União**, bem como com a legislação ambiental, sanitária e trabalhista aplicável.

3.7.2. Requisitos gerais aplicáveis a todos os serviços. A contratada deverá:

- a) Utilizar, sempre que possível, materiais constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2, bem como observar os requisitos ambientais necessários à obtenção de certificação do INMETRO, quando aplicável;
- b) Empregar materiais e insumos de primeiro uso, preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, priorizando o uso de materiais recicláveis, de modo a garantir a proteção durante o transporte e o armazenamento;
- c) Adotar práticas voltadas à redução do consumo de água e energia elétrica, bem como à minimização da geração de resíduos sólidos, em observância ao Decreto nº 34.847/2019 e às normas ambientais vigentes;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente no que se refere ao manejo e à destinação de resíduos sólidos;
- e) Fornecer, às suas expensas, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados aos empregados, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, fiscalizando seu uso contínuo e adequado durante a execução dos serviços;
- f) Garantir que todos os EPIs possuam Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo órgão competente, devendo ser entregues aos empregados no primeiro dia de trabalho, sendo vedada a execução dos serviços sem a devida utilização;
- g) Proceder à substituição imediata dos EPIs sempre que apresentarem desgaste, defeito ou perda de funcionalidade;
- h) Apresentar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os comprovantes de entrega dos EPIs, devidamente assinados pelos empregados, sempre que solicitado;
- i) Realizar programa interno de treinamento dos empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, voltado à conscientização ambiental, com foco na redução do consumo de água, energia elétrica e na diminuição da geração de resíduos.

3.7.3. Além dos requisitos gerais, a **execução dos serviços de limpeza** deverá observar:

- a) Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações estabelecidas pela ANVISA;
- b) Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, especialmente quanto à utilização de equipamentos que possam gerar ruído durante seu funcionamento;
- c) Adoção de práticas que evitem o desperdício de água tratada, em consonância com as normas ambientais vigentes;
- d) Cumprimento da Resolução RDC ANVISA nº 216/2004, bem como da legislação e das normas dos órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, quando aplicável às atividades desenvolvidas.

3.7.4. Requisitos específicos – **serviços de vigilância patrimonial e copeiragem** deverão atender aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos nas especificações do objeto, nas obrigações da contratada e no edital, quando aplicável, observando-se, no mínimo:

- a) O uso racional de recursos naturais, com adoção de práticas que reduzam o consumo de energia elétrica, água e materiais;
- b) A correta utilização, conservação e descarte de materiais e insumos empregados na execução dos serviços;
- c) O fornecimento e uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, conforme a Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

3.7.5. O disposto neste ETP **não impede a adoção de outras práticas de sustentabilidade ambiental** por parte da contratada, desde que compatíveis com o objeto contratual e com a legislação vigente, podendo tais práticas ser incentivadas pela fiscalização do contrato.

3.8. ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO BEM OU SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA OU NÃO CONTINUADA

3.8.1. A contratação de serviços continuados de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem, com dedicação exclusiva de mão de obra, enquadra-se como **SERVIÇO COMUM**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que os padrões de desempenho e de qualidade exigidos podem ser **objetivamente definidos** no Termo de Referência, mediante especificações usuais e amplamente praticadas no mercado, passíveis de aferição objetiva quanto à sua execução e resultados.

3.8.1.1. Os serviços em questão possuem **caráter rotineiro, operacional e padronizado**, sendo amplamente ofertados no mercado por diversas empresas especializadas, não exigindo soluções técnicas inovadoras, metodologias exclusivas ou elevado grau de complexidade intelectual para sua execução. A avaliação da qualidade da prestação pode ser realizada com base em **critérios objetivos**, tais como cumprimento de rotinas, frequência, quantitativo de postos, jornada de trabalho, observância de normas de segurança, higiene e legislação específica, bem como atendimento aos níveis de serviço previamente estabelecidos.

3.8.1.2. Dessa forma, o objeto da contratação atende aos requisitos legais para ser classificado como serviço comum, possibilitando a adoção de procedimento licitatório compatível com essa natureza, sem prejuízo da adequada definição das obrigações da contratada, dos mecanismos de fiscalização e dos critérios de medição e pagamento, assegurando a eficiência, a economicidade e a qualidade na prestação dos serviços.

3.8.2. Enquadramento do Objeto como **SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA**:

3.8.2.1. A contratação dos serviços de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, caracteriza-se COMO SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.8.2.2. Os referidos serviços destinam-se a atender necessidades permanentes da Administração, sendo essenciais para a manutenção das condições mínimas de funcionamento da Casa da Mulher Brasileira – Teresina/PI, cuja atuação ocorre de forma ininterrupta, inclusive em regime de 24 (vinte e quatro) horas, no atendimento a mulheres em situação de violência.

3.8.2.3. A NATUREZA CONTINUADA decorre do fato de que a interrupção, suspensão ou descontinuidade da prestação dos serviços de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem comprometeria diretamente a segurança das pessoas, a salubridade das instalações, a preservação do patrimônio público e o adequado desenvolvimento das atividades finalísticas da unidade, ocasionando prejuízos relevantes à Administração e à população usuária dos serviços.

3.8.2.4. Além disso, tais serviços demandam execução contínua, regular e permanente, não se esgotando em um único evento ou entrega pontual, mas sim na prestação sucessiva ao longo do tempo, com observância de rotinas operacionais, escalas de trabalho e níveis de serviço previamente definidos.

3.8.2.5. Dessa forma, considerando o caráter essencial, recorrente e indispensável desses serviços para a garantia da continuidade administrativa e do atendimento público prestado pela Casa da Mulher Brasileira, resta devidamente justificado o enquadramento do objeto como serviço de natureza continuada, viabilizando, inclusive, a adoção de prazos contratuais compatíveis com essa natureza, nos termos da legislação vigente.

3.9. RECEBIMENTO

3.9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **30 (trinta) dias** pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

3.9.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

3.9.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

3.9.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

3.9.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

3.9.6. Ao final de cada período/evento de faturamento:

3.9.6.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

3.9.6.2. *o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.*

3.9.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

3.9.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

3.9.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

3.9.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

3.9.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.9.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

3.9.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, regularidade da execução, cumprimento das escalas e adequação dos recursos humanos e materiais empregados. Para fins de recebimento definitivo dos serviços, deverão ser observados, no que couber, os seguintes procedimentos:

3.9.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

3.9.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

3.9.13.3. Emitir Termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

3.9.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

3.9.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

3.9.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.9.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

3.9.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.10. PAGAMENTO

3.11. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de **Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Anexo III do Termo de Referência (ID 0022212523)**.

3.12. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- não produziu os resultados acordados,
- deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

3.13. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

3.13.1. A equipe de gestão do contrato, avaliará o grau de eficiência da prestação dos serviços mediante avaliação mensal dos fatores constantes no “**Formulário de Avaliação de Serviço**” - **Anexo IV do Termo de Referência (ID 0022212523)**, onde será atribuída pontuação de 0 a 5 para cada fator avaliado, da seguinte forma:

- a. Nota 5: para serviços prestados conforme Termo de Referência;
- b. Nota 4: fator de avaliação correspondente a infração de grau 1;
- c. Nota 3: fator de avaliação correspondente a infração de grau 2;
- d. Nota 2: fator de avaliação correspondente a infração de grau 3;
- e. Nota 1: fator de avaliação correspondente a infração de grau 4;
- f. Nota 0: fator de avaliação correspondente a infração de grau 5.

3.13.2. O resultado da avaliação será obtido pela média aritmética da soma resultante das pontuações. Será atribuído o conceito:

- a. BOM: para o resultado entre 4 e 5 pontos;
- b. REGULAR: para o resultado entre 2 e 3 pontos;
- c. RUIM: para o resultado entre 0 e 1 ponto.

3.13.3. Na primeira avaliação que resultar conceito REGULAR a contratada será advertida por escrito pela autoridade competente do CONTRATANTE.

3.13.4. A reincidência de avaliação com resultado REGULAR, consecutiva ou intercalada, ou uma avaliação com conceito RUIM, ensejará a aplicação de multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura mensal, correspondente ao mês de prestação do serviço.

3.13.5. A ocorrência de três avaliações com conceito REGULAR ou duas avaliações com conceito RUIM, consecutivas ou intercaladas, ensejará a rescisão da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das da aplicação das demais sanções administrativas previstas.

3.13.6. O pagamento da Fatura / Nota Fiscal relativo ao mês da avaliação será ajustado para 95% (noventa e cinco por cento) do seu valor quando a avaliação resultar no conceito REGULAR pela segunda vez consecutiva ou intercalada; para 90% (noventa por cento) do seu valor quando a avaliação resultar no conceito RUIM, sem prejuízo de aplicação das sanções administrativas previstas nos Artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.

3.13.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 3.13.7.1. Não produziu os resultados acordados;
- 3.13.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 3.13.7.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

3.13.8. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos de metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

3.14. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

3.14.1. Será exigida da contratada garantia de execução, no prazo de 10 dias após a assinatura do Termo de Contrato, correspondente a **1% (um por cento)** de valor total dos serviços contratados, conforme o disposto no **art. 96 da Lei nº 14.133/2021** e observadas as condições previstas no instrumento de Contrato.

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia

II - seguro-garantia

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

3.14.1.1. A garantia será devolvida automaticamente após a assinatura do contrato pelo vencedor e os demais licitantes, ou no encerramento do processo licitatório.

Art. 100 da Lei nº 14.133/2021 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente

3.14.1.2. Na hipótese de opção pelo seguro-garantia, a adjudicatária deverá apresentar a respectiva apólice no prazo de até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, devendo a garantia estar devidamente constituída antes da assinatura do contrato.

3.14.1.3. Nas modalidades de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública e de fiança bancária, a garantia deverá ser prestada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do contrato, observadas as demais condições previstas no instrumento contratual.

3.15. **SUBCONTRATAÇÃO: (JUSTIFICATIVA ID 0022378767)**

3.15.1. **Não será admitida a subcontratação do objeto.**

3.15.2. Trata-se de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução exige responsabilidade direta da empresa contratada quanto à alocação de pessoal, cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como à gestão e supervisão dos profissionais.

3.15.3. A vedação à subcontratação visa assegurar maior controle da execução contratual, padronização dos serviços, eficiência na fiscalização e mitigação de riscos trabalhistas e operacionais, especialmente aqueles decorrentes de terceirização sucessiva de mão de obra.

3.15.4. Assim, a execução direta pela contratada mostra-se medida necessária para garantir a continuidade, a segurança jurídica e a adequada prestação dos serviços, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios da eficiência e do interesse público

4. **LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

4.1. Considerando a essencialidade do objeto para o regular funcionamento da Administração Pública e, em especial, para a manutenção das atividades da Casa da Mulher Brasileira – CMB, evidencia-se a necessidade de contratação tempestiva, tornando imprescindível a realização do competente procedimento licitatório.

4.2. As informações encaminhadas pela equipe de fiscalização do contrato vigente subsidiaram a definição dos **requisitos da contratação** e serão utilizadas para a **descrição da solução**, tendo sido identificados, ainda, pontos de melhoria na execução contratual atual, os quais reforçam a necessidade de aperfeiçoamento do modelo adotado.

4.3. O principal objetivo desse elemento do ETP (estudo técnico preliminar) é proporcionar a escolha da melhor solução possível em termos de eficácia, efetividade e eficiência, além de economicamente viável, atendendo adequadamente às necessidades de negócio que motivaram a demanda. É por esse motivo que a Equipe de Planejamento da Contratação deve construir uma relação de critérios para possibilitar a comparação entre as diferentes soluções do ponto de vista qualitativo e econômico, realizando as seguintes ações: identificação das diferentes alternativas para solução da demanda, descrição das características funcionais e técnicas que compõem um possível cenário para sua implementação e operacionalização, incluindo os componentes e recursos necessários, sejam eles materiais, tecnológicos, financeiros, humanos, avaliação das alternativas identificadas em termos dos benefícios proporcionados, identificação das vantagens e das desvantagens de cada alternativa, descartando as inexequíveis ou inviáveis.

4.4. Foi realizado levantamento das soluções disponíveis que possam atender às necessidades da contratação para, considerando contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração. Foi realizado levantamento de preços e práticas adotadas em contratações similares realizadas por órgãos públicos, por meio de:

- I - Consultas ao Painel de Preços do Governo Federal;
- II - Cotações com fornecedores locais; Atas de Registro de Preço anteriores no âmbito estadual e municipal;
- III - Verificação de processos licitatórios publicados no Comprasnet;
- IV - E nos portais de transparência de Prefeituras e Estados.

4.5. Visando atender as necessidades dos Órgãos e Entidades que Compõem a Administração Pública do Estado do Piauí, buscou-se processos anteriores de Locação de equipamentos médico-hospitalares por imagem utilizado para comparação de alguns requisitos entre as Soluções identificadas com levantamento de contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública os seguintes processos:

ORGÃO	MODALIDADE	OBJETO DE CONTRATAÇÃO	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	DESCRIÇÃO TÉCNICA
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, por meio do INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90150/2025	Contratação empresa para prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, incluindo controle de pragas e remoção de resíduos, com mão de obra exclusiva e fornecimento de todos os materiais, insumos e equipamentos necessários à execução dos serviços nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisas – INPE em Alcântara – MA.	Menor preço por grupo	Comprovante de sua regularização para que se encontre apta tecnicamente para a prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência, ou seja, necessita ter competência técnica e habilitação legal, cumprindo as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais, comprovadas através de documentação específica; 9.35. No caso de exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 622, de 2022.	Serviço de limpeza e conservação de áreas internas - pisos frios (CATSER 24031) Serviço de limpeza e conservação de áreas externas pavimentadas - estacionamentos, passeios e arruamentos (CATSER 24040)
Prefeitura Municipal de	PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2024	Contratação de empresa visando o registro de preços para a prestação de serviços de mão de obra terceirizada, de	MENOR TAXA ADMINISTRATIVA	Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante	Auxiliar de Serviços de Limpeza. 40h semanais - valor mensal R\$ 1.412,00

Carrasco Bonito - TO,		forma temporária, a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal e Fundos vinculados a esta Administração de Carrasco Bonito/TO.		a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. 17.2 - Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente. 17.3 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia de nota fiscal que deu suporte à prestação dos serviços.	Vigia. 40h semanais. valor mensal R\$ R\$ 1.412,00
Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (SODF).	EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2025 - COLIC/SCG/SECONT/SEEC	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados com dedicação de mão de obra exclusiva de apoio administrativo (secretário(a) executivo(a), técnico(a) em secretariado, copeiro(a), garçom e motorista) para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (SODF)	A adjudicação dos objetos deve ser procedida por grupo único.	Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa realizado ou estar realizando o objeto, compatível em características com o objeto deste Termo de Referência. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, consideram-se compatíveis os atestados que expressamente certifiquem que a empresa já forneceu no mínimo 50% (cinquenta por cento) do objeto de maior relevância ou valor significativo. Para os itens nos quais o percentual requerido apresente fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.	Copeiro(a) salario base R\$ 2.037,03
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40 /2021	Constitui o objeto desta licitação o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a eventual contratação de empresa para a prestação dos serviços continuados de auxiliar de serviços gerais, bombeiro hidráulico, carregador de volumes, copeiragem, eletricista, garçonaria, motorista de veículo leve e pesado, office boy, operador de som e imagem, recepção e telefonista, conforme es especificações contidas no Termo de Referência	global	CAPACIDADE TÉCNICA 14.1 - A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional que comprove experiência mínima de 03 (três) anos. Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes. 14.2 - Os atestados deverão comprovar que a LICITANTE tenha gerenciado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho a serem contratados neste procedimento licitatório. 14.3 - Os demais requisitos de qualificação técnica estão previstos no subitem 11.11 do preâmbulo do edital	VALOR MENSAL: Aux Serviços Gerais R\$ 3.110,21 Copeiro R\$ 3.086,86 Garçom R\$ 3.113,63
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026	Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de postos para os serviços continuados de Auxiliar Administrativo, Agente de Limpeza, Auxiliar de Serviços Gerais, Bombeiro Hidráulico, Carregador de Volumes, Copeiragem, Eletricista, Garçonaria, Motorista Categoria A (motoboy), Motorista Categoria B (condução de veículo leve), Motorista Categoria D (condução de veículo pesado), Office Boy, Operador de Som e Imagem, Recepcionista, Recepcionista Bilingue e Telefonista, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	ADJUDICAÇÃO POR LOTE	Será exigida comprovação de qualificação técnico-operacional, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem a execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação	Aux. Serviços Gerais QUANTIDADE ATUAL 2 VALOR DO POSTO 4.289,03 Copeiro QUANTIDADE ATUAL 2 VALOR DO POSTO 4.263,69
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2018	Contratação, por meio de execução indireta, de serviços de apoio administrativo, por meio de execução indireta, de serviços de apoio administrativo, para prestação de serviços continuados de LIMPEZA, CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS E REMANEJAMENTO DE MÓVEIS, HIGIENIZAÇÃO, JARDINAGEM, COPEIRAGEM, a serem realizados nas unidades que compõem o Poder Judiciário do Estado do Piauí (Capital e Interior), compreendendo onde couber, além dos postos de serviço, o fornecimento de uniformes, materiais e o emprego de equipamentos necessários à execução dos serviços, com observância às normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referênci	ADJUDICAÇÃO POR LOTE	A licitante, na fase de habilitação, deverá apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de que prestou ou vem prestando, a contento, serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, considerando-se compatível com o objeto deste procedimento licitatório a prestação de serviços.	-SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE MENSAGEIRIA valor mensal dos serviço R\$ 3.356,39 -SERVIÇOS APOIO COMUM NA ÁREA DE COPEIRAGEM, COM SERVIÇOS DO TIPO COPEIRO valor mensal dos serviço R\$ 3.356,39
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2022	Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA, com dedicação exclusiva de mão de obra pertencente à Categoria Econômica de Vigilantes, Código Brasileiro de Ocupações - CBO do Ministério do Trabalho e Emprego nº 5173, de forma indireta e continua, e em regime de empreitada por preço global, para atender as unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Piauí.	Será declarada vencedora a licitante que, atendidas as demais exigências fixadas neste Edital, apresentar o menor valor para o ITEM OU GRUPO	Licitante deverá observar e atender às seguintes exigências referentes à qualificação técnica: 15.6.2.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. 15.6.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente; 15.6.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior; 15.6.2.4. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos; 15.6.2.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se	Vigilância Armada⌘ 12X36 horas Diurno, Diariamente (inclusive feriados). 07:00hs às 19:00hs QUANT. DE EMPREGADOS POR POSTO 02 Valor estimado do posto R\$ 12.815,98 Vigilância Armada⌘ 12X36 horas Noturno, Diariamente (inclusive feriados). 19:00hs às 07:00hs QUANT. DE EMPREGADOS POR POSTO 02 Valor estimado do posto R\$ 12.815,98

				<p>equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;</p> <p>15.6.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;</p> <p>15.6.2.7. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato (s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;</p> <p>15.6.2.8. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato (s) em número de o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato (s) em número de postos equivalentes ao da contratação;</p> <p>15.6.2.9. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos;</p>	
--	--	--	--	---	--

4.6. SERVIÇOS DE LIMPEZA. Foram avaliadas as seguintes alternativas:

Solução 1: Contratação sem fornecimento de materiais e equipamentos (Descartada)

A alternativa de contratar serviços de limpeza sem o fornecimento de materiais e equipamentos foi considerada, mas descartada devido aos seguintes fatores:

- Aumento de custos para a Administração Pública, tanto na aquisição dos itens quanto nos procedimentos licitatórios.
- Riscos de atrasos nas entregas, dificuldades na gestão de estoques e controle patrimonial.
- Possibilidade de licitações desertas ou itens fracassados, resultando na necessidade de reposição de materiais e reparo de equipamentos pela Administração.
- Comprometimento da execução adequada do serviço.

Solução 2: Contratação com fornecimento de materiais e equipamentos (Escolhida)

Entende-se como formato mais adequado, com base nos seguintes fatores:

- **Vantagem na Aquisição de Materiais:** Empresas especializadas em limpeza adquirem materiais em grande escala, obtendo preços mais vantajosos do que os que a Administração Pública conseguiria.
- **Custos Adicionais da Administração:** A compra direta de materiais pela instituição implicaria em custos adicionais, como transporte, armazenagem e perdas.
- **Otimização do Espaço:** A armazenagem de grandes volumes de materiais de limpeza, como papel higiênico e toalhas de papel, exigiria áreas extensas, gerando custos adicionais para a instituição.
- **Garantia de Abastecimento:** A terceirização garante o gerenciamento centralizado dos serviços e materiais, reduzindo o risco de falta de produtos e assegurando a qualidade dos serviços.
- **Foco em Atividades Essenciais:** A decisão permite que os servidores se dediquem a atividades prioritárias, otimizando o uso dos recursos humanos.

4.6.1. Em resumo, a contratação com fornecimento de materiais e equipamentos se mostrou a opção mais eficiente e econômica, considerando as vantagens na aquisição de materiais, a otimização de recursos e a garantia de um serviço de qualidade.

4.7. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL

4.7.1. O levantamento de mercado demonstrou que a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de vigilância patrimonial **armada**, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, configura-se como a solução mais eficaz, segura e amplamente adotada no âmbito da Administração Pública, especialmente diante da inexistência de servidores próprios habilitados e legalmente autorizados para o exercício desse tipo de atividade.

4.7.2. Tal modelo de contratação, estruturado com base na unidade de medida por **postos de trabalho**, com escalas e jornadas previamente definidas, permite adequada alocação de recursos, assegura cobertura contínua e abrangente das áreas a serem protegidas e favorece o controle, a fiscalização e a gestão da execução contratual. Ademais, trata-se da solução de segurança mais consolidada no setor público, por garantir maior eficiência operacional, capacidade de resposta a situações de risco e compatibilidade com a natureza sensível das atividades desenvolvidas na Casa da Mulher Brasileira – CMB, promovendo um ambiente seguro, protegido e adequado ao acolhimento das mulheres em situação de violência.

4.8. SERVIÇOS DE COPEIRAGEM. Foram analisadas as seguintes alternativas:

Solução 1: Contratação de serviço de copeiragem sem fornecimento de materiais (Descartada)

Esta modalidade exigiria um processo licitatório adicional para a aquisição de materiais e utensílios, resultando em custos e prazos adicionais. A necessidade de licitações separadas aumentaria o risco de atrasos na entrega, falta de produtos ou ausência de fornecedores interessados em determinados itens. Essa alternativa seria economicamente inviável e acarretaria riscos operacionais significativos.

Solução 2: Contratação de serviço de copeiragem com fornecimento de materiais (Escolhida)

Esta opção engloba a mão de obra e o fornecimento de todos os materiais necessários para a execução dos serviços. Entende-se como a opção mais adequada, pois minimiza a necessidade de recursos internos da CMB para a aquisição dos insumos separadamente à contratação do serviço de copeiragem, permitindo que a instituição direcione seus esforços para atividades estratégicas, enquanto garante um serviço de copeiragem contínuo e de qualidade.

4.8.1. Em resumo, a contratação com fornecimento de materiais se mostrou a opção mais eficiente e econômica, considerando as vantagens na aquisição de materiais, a otimização de recursos e a garantia de um serviço de qualidade e regularidade.

4.9. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ANÁLISE

4.9.1. O levantamento de mercado realizado, conforme disposto no Item 4 do Estudo Técnico Preliminar, teve como finalidade identificar soluções disponíveis, práticas adotadas pela Administração Pública e o comportamento do mercado fornecedor para a contratação de serviços continuados de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem, com dedicação exclusiva de mão de obra.

4.9.2. A análise das licitações relacionadas constantes na tabela do item 4.5 evidencia que a Administração Pública, em âmbito federal, estadual e municipal, tem adotado de forma reiterada a **terceirização desses serviços por meio de empresas especializadas**, em regime de execução continuada, com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos e equipamentos, observadas as normas trabalhistas, previdenciárias e de segurança.

4.9.3. Verifica-se que os objetos licitados apresentam **características semelhantes** à presente contratação, notadamente quanto:

- à natureza continuada dos serviços;
- à exigência de dedicação exclusiva de mão de obra;
- à definição de quantitativos por postos de trabalho;
- à adoção de critérios objetivos de medição, fiscalização e pagamento;
- à previsão de obrigações acessórias relativas ao cumprimento da legislação trabalhista e à gestão de riscos contratuais.

4.9.4. Observa-se, ainda, que os modelos de contratação identificados no levantamento priorizam a segregação entre atividades finalísticas e atividades de apoio, em consonância com as diretrizes de eficiência administrativa, racionalização de recursos e modernização da gestão pública, conforme entendimento consolidado pelos órgãos de controle.

4.9.5. Não foram identificadas soluções alternativas mais vantajosas ou inovadoras que substituam, com igual eficiência e segurança jurídica, o modelo de terceirização atualmente adotado para serviços dessa natureza, especialmente considerando a complexidade operacional, a necessidade de continuidade e o funcionamento ininterrupto da Casa da Mulher Brasileira.

4.10. TENDÊNCIAS DE MERCADO

4.10.1. O mercado de prestação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra tem apresentado crescimento contínuo e elevado grau de consolidação nos últimos anos, especialmente no âmbito da Administração Pública. Tal cenário decorre da busca por maior eficiência administrativa, racionalização de custos, profissionalização das atividades de apoio e fortalecimento da gestão contratual, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

4.10.1.1. No segmento de **serviços continuados de limpeza**, observa-se a ampliação da oferta de empresas especializadas que adotam práticas alinhadas à sustentabilidade e à inovação, com utilização de produtos biodegradáveis e registrados na ANVISA, equipamentos modernos e técnicas de limpeza mais eficientes. Essas práticas contribuem para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, para a preservação do patrimônio público e para a redução de impactos ambientais.

4.10.1.2. Quanto aos **serviços de vigilância patrimonial**, o mercado tem evoluído de forma significativa no sentido da qualificação da mão de obra e do aprimoramento dos protocolos de segurança. Destacam-se os investimentos em capacitação contínua dos vigilantes, a adoção de procedimentos operacionais mais rigorosos e a integração da vigilância humana com recursos tecnológicos, como sistemas de monitoramento, comunicação e controle de acesso, visando maior eficiência na prevenção e na resposta a incidentes.

4.10.1.3. No que se refere aos **serviços contínuos de copeiragem**, verifica-se crescente profissionalização das equipes, com ênfase no cumprimento das normas de higiene, segurança alimentar e apresentação pessoal, bem como na padronização dos procedimentos operacionais. Tais aspectos asseguram maior organização, confiabilidade e qualidade na execução dos serviços, contribuindo para um ambiente institucional acolhedor e funcional.

4.10.2. De modo geral, o mercado dispõe de ampla oferta de empresas aptas a executar os serviços objeto desta contratação, com experiência comprovada em contratos públicos, capacidade operacional instalada e condições técnicas e administrativas para atender às exigências de execução continuada e dedicação exclusiva de mão de obra. Esse cenário favorece a competitividade do certame e amplia as possibilidades de obtenção de propostas vantajosas para a Administração.

4.10.3. A análise das licitações elencadas na tabela do item 4.5 do ETP evidencia que a **tendência predominante de mercado** para a contratação de serviços de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem é a **execução indireta por meio de empresas especializadas**, sob o regime de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

4.10.4. Conclui-se, portanto, que a solução adotada no presente Estudo Técnico Preliminar encontra-se plenamente alinhada às práticas consolidadas da Administração Pública, às condições atuais do mercado fornecedor e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, revelando-se adequada, viável e compatível com os objetivos institucionais da Secretaria de Estado das Mulheres – SEMPI e com as necessidades operacionais da Casa da Mulher Brasileira em Teresina/PI.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. A solução proposta para atendimento das necessidades da Casa da Mulher Brasileira – CMB, localizada no município de Teresina/PI, consiste na **contratação integrada de serviços continuados de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem**, a serem executados em regime de **dedicação exclusiva de mão de obra**, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência operacional, a qualidade dos serviços e a adequada gestão contratual ao longo de todo o ciclo de vida do objeto.

5.2. A solução adotada contempla desde a fase de implantação inicial até a execução continuada e o encerramento contratual, estando pormenorizadamente descrita em tópico específico desse Estudo Técnico Preliminar – ETP, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e com as práticas consolidadas da Administração Pública.

5.3. SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA

5.3.1. No que se refere aos serviços continuados de limpeza, a solução compreende a contratação de serviços abrangentes de asseio, higienização e conservação das instalações da CMB, com o objetivo de manter os ambientes em condições adequadas de salubridade, higiene e conservação do patrimônio público.

5.3.2. A execução dos serviços deverá observar escopo, metodologia, periodicidade, frequência das atividades, produtividade esperada, padrões mínimos de qualidade e critérios de desempenho previamente definidos no Termo de Referência. A contratação será dimensionada com base na área física a ser atendida, considerando as características específicas dos ambientes, o fluxo de pessoas e as condições do local.

5.3.3. Para tanto, a empresa contratada deverá fornecer **mão de obra especializada**, bem como **todos os materiais, insumos e equipamentos necessários**, adequados e em conformidade com as normas técnicas, sanitárias e ambientais aplicáveis, garantindo a continuidade e a excelência dos serviços prestados.

5.4. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL

5.4.1. Quanto aos serviços de vigilância patrimonial, a solução prevê a contratação de **postos de vigilância armada**, com atuação em regime de escala **12x36 horas**, de modo a assegurar a proteção contínua e ininterrupta das instalações da Casa da Mulher Brasileira.

5.4.2. A execução do serviço compreenderá a vigilância permanente dos pontos críticos e das áreas de circulação, a presença constante de vigilantes no período noturno e demais períodos definidos pela Administração, o controle e registro de entrada e saída de pessoas e veículos, bem como a realização de rondas e inspeções regulares. Tais ações visam prevenir, inibir e responder de forma eficaz a situações que possam comprometer a segurança das usuárias, das equipes técnicas, dos visitantes e do patrimônio público.

5.4.3. Esse modelo de contratação, amplamente adotado no setor público, assegura maior eficiência operacional, adequada alocação de recursos e efetivo controle da execução contratual, sendo compatível com a natureza sensível das atividades desenvolvidas na CMB.

5.5. SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM

5.5.1. No tocante aos serviços contínuos de copeiragem, a solução contempla a disponibilização permanente de **mão de obra qualificada** para apoio às rotinas administrativas e institucionais da CMB, contribuindo para o adequado funcionamento da unidade e para a manutenção de um ambiente organizado, funcional e acolhedor.

5.5.2. Os serviços compreendem, entre outras atividades, o preparo e o fornecimento de café, água, chás e outros itens de consumo, a organização e higienização das copas, refeitórios e espaços de convivência, a limpeza de utensílios e equipamentos de copa, bem como o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários à execução das atividades.

5.5.3. A empresa contratada deverá assegurar o cumprimento das normas de higiene, segurança e boas práticas, fornecendo mão de obra especializada, materiais de qualidade e equipamentos adequados, conforme as exigências e condições estabelecidas no Termo de Referência, visando o bem-estar no ambiente de trabalho e o atendimento humanizado da CMB.

5.6. Dessa forma, a solução adotada foi concebida de maneira **integrada, sustentável e economicamente viável**, considerando não apenas a execução dos serviços, mas também os custos, riscos, benefícios e impactos associados a todo o ciclo de vida do objeto. Tal abordagem assegura o pleno funcionamento da Casa da Mulher Brasileira em Teresina/PI, garantindo condições adequadas de segurança, higiene, acolhimento e suporte às atividades finalísticas da instituição, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

5.7. CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO:

5.7.1. Os postos de trabalho desejados estão detalhados, conforme descrição sumária a seguir, baseada na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO:

5.7.1.1. **LIMPEZA:** Para serviços continuados de limpeza, o CBO mais comum é o 5143-20 (Faxineiro ou Auxiliar de Serviços Gerais), que abrange limpeza, conservação e manutenção em edificações. Outra opção frequente é 5142-25 para trabalhadores de serviços de limpeza em áreas públicas ou gerais.

Descrição Sumária: Executam tarefas de limpeza, conservação e manutenção em edifícios, como faxineiro ou auxiliar de serviços gerais. **Condições Gerais de Exercício:** Trabalham em empresas de limpeza, condomínios ou indústrias, em recintos fechados ou a céu aberto, individualmente ou em equipe, com horários variados ou rodízio de turnos; expostos a ruído, poluição e posições desconfortáveis. **Formação e Experiência:** Ensino fundamental completo ou prática profissional no posto; exige formação para cálculo de aprendiz conforme CLT (art. 429). **Competências Pessoais:** Organização do trabalho, atenção a normas de segurança e higiene; trabalho em equipe sob supervisão. **Áreas de Atividades:** Limpeza pública, edifícios comerciais, industriais e condomínios.

5.7.1.2. **VIGILÂNCIA PATRIMONIAL:** O código CBO para serviços de vigilância patrimonial é 5173-30 (Vigilante), responsável por proteção de patrimônio, controle de acesso e prevenção de riscos em instituições públicas e privadas.

Descrição Sumária: Vigilantes que fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio, zelando pela segurança em diversos estabelecimentos. **Condições Gerais de Exercício:** Assalariados em defesa/segurança ou transportes, em equipe ou individualmente, com supervisão; horários diurnos/noturnos, rodízio; sob pressão, risco de morte, em alturas ou locais confinados, expostos a ruídos e tóxicos. **Formação e Experiência:** Ensino médio completo; formação profissionalizante básica (200-400 horas), treinamento obrigatório em escolas para vigilantes. **Competências Pessoais:** Comunicação, controle de acesso, escolta; demonstrar vigilância constante e calma sob pressão. **Áreas de Atividades:** Estabelecimentos de segurança, transportes terrestres/aéreos/aquaviários; proteção patrimonial.

5.7.1.3. **COPEIRAGEM:** Para serviços contínuos de copeiragem, usa-se o CBO 5134-25 (Copeiro), que inclui preparação e distribuição de bebidas, lanches e organização de copas em ambientes administrativos.

Descrição Sumária: Executam pré-preparo de lanches, bebidas e refeições leves; organizam copas, servem e higienizam utensílios. **Condições Gerais de Exercício:** Em estabelecimentos de alimentação/hotelaria, com atendimento a clientes; envolvem montagem de mesas/balcões e controle de estoques/sobras. **Formação e Experiência:** Ensino fundamental ou médio incompleto, com prática; formação básica em serviços de alimentação. **Competências Pessoais:** Higienização, atendimento ao cliente, organização (conferir ordens, normas sanitárias), acuidade sensorial para provar bebidas. **Áreas de Atividades:** Refeitórios, copas administrativas, hotéis e serviços de bebidas/alimentação.

5.8. DA PREVISÃO DE VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E DE COOPERATIVAS (JUSTIFICATIVA ID [0022378767](#))

5.8.1. **Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio** na presente licitação, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, de natureza comum, cujas atividades são rotineiras, padronizadas e amplamente ofertadas no mercado por empresas que, individualmente, detêm plena capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para sua execução.

5.8.2. A vedação à participação em consórcio encontra respaldo no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, sendo medida que visa preservar a simplicidade da gestão contratual, a responsabilização direta e integral da contratada, bem como a eficiência da

fiscalização, especialmente considerando que os serviços serão prestados de forma contínua, ininterrupta e com alocação permanente de trabalhadores nas dependências da Administração.

5.8.3. Ademais, a participação em consórcio poderia dificultar a gestão do contrato, a apuração de responsabilidades trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como a aplicação de sanções administrativas, o que se mostra incompatível com a natureza do objeto e com a necessidade de controle rigoroso da execução contratual.

5.8.4. Da mesma forma, **não será permitida a participação de cooperativas**, em razão da incompatibilidade entre o regime jurídico das cooperativas e o modelo de execução contratual pretendido, que exige subordinação direta dos empregados à empresa contratada, cumprimento de jornada previamente definida, escala fixa de trabalho e dedicação exclusiva ao posto, elementos que caracterizam vínculo empregatício e afastam os pressupostos do cooperativismo.

5.8.5. Tal vedação encontra amparo no entendimento consolidado dos órgãos de controle, especialmente do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a contratação de cooperativas para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra pode configurar intermediação irregular de mão de obra e burla à legislação trabalhista, quando presentes os requisitos da relação de emprego.

5.8.6. Dessa forma, a restrição ora estabelecida mostra-se proporcional, técnica e juridicamente justificada, não comprometendo a competitividade do certame, uma vez que há ampla oferta de empresas no mercado aptas a executar os serviços nos moldes exigidos, assegurando-se a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.9.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

5.9.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

5.9.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.9.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

5.9.3.3. Para a demonstração da capacidade técnico-operacional da licitante, será considerada satisfatória a comprovação da execução de no **mínimo 30% (trinta por cento) dos quantitativos** previstos no Termo de Referência.

5.9.3.4. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

5.9.3.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.9.3.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

5.9.3.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

5.9.3.8. Declaração de que o fornecedor possui ou instalará escritório no **município de Teresina-PI**, o que deverá ser comprovado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contado a partir da vigência do contrato.

5.9.3.9. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

5.9.3.10. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

5.9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

5.9.4.1. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução do contrato, sendo admitida sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

5.9.4.2. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá alocar quantitativo suficiente de profissionais, com habilidades e experiência compatíveis com as atividades previstas neste ETP.

5.9.4.3. Todos os profissionais alocados, de acordo com o posto de trabalho, deverão comprovar sua qualificação técnica, necessária para ocupação do posto.

5.9.4.4. SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA- Os profissionais designados deverão possuir **experiência compatível com as atividades descritas** neste ETP, tais como rotinas de limpeza, higienização, conservação de ambientes, manuseio de produtos e utilização correta de equipamentos e utensílios.

5.9.4.5. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL- Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) **no conselho profissional competente**, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço. Os profissionais indicados deverão atender integralmente às exigências legais e regulamentares específicas da atividade de vigilância patrimonial, inclusive quanto à formação, habilitação, reciclagem e regularidade junto aos órgãos competentes, nos termos da legislação aplicável.

5.9.4.6. SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM- Considerando a natureza operacional dos serviços contínuos de copeiragem, a qualificação técnico-profissional será demonstrada mediante a alocação de profissionais com **experiência compatível com as atividades descritas** neste ETP, tais como preparo e serviço de bebidas e alimentos, organização, higienização de utensílios e manutenção dos ambientes de copa.

6. DO DETALHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**6.1. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1.1. Os serviços serão prestados nas unidades administrativas e operacionais da Casa da Mulher Brasileira, situada na Avenida Roraima, nº 2563, Bairro Aeroporto, no município de Teresina/PI, abrangendo as unidades administrativas e operacionais.

6.1.1.1. Os serviços continuados de LIMPEZA E DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL serão executados **em turno NOTURNO, no horário das 18h00 às 06h00, em regime de escala 12x36**, conforme planejamento e necessidade definidos pela Administração.

6.1.1.2. Os serviços contínuos de COPEIRAGEM serão prestados **em turno DIURNO, no horário das 07h00 às 19h00, em regime de escala 12x36**, de acordo com o cronograma operacional estabelecido pela Administração.

6.2. ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

6.2.1. SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA. A execução contratual dos serviços de limpeza observará as seguintes rotinas, organizadas conforme a periodicidade:

6.2.1.1. Atividades diárias

- Limpeza de pisos, vidros, mobiliários e sanitários, com reposição de materiais de higiene e descarte adequado dos resíduos;
- Remoção de pó, com pano úmido, de mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos de janelas, bem como de demais móveis e equipamentos, inclusive aparelhos elétricos e extintores de incêndio;
- Remoção, limpeza e aspiração de tapetes;
- Lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneantes domissanitários desinfetantes, duas vezes ao dia;
- Varrição, lavagem e polimento de balcões e pisos cerâmicos, de mármore e emborrachados;
- Varrição de pisos de cimento;
- Limpeza de pisos de sanitários, copas e demais áreas molhadas com saneantes domissanitários, duas vezes ao dia;
- Abastecimento de papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido, fornecidos pela Administração, sempre que necessário;
- Higienização, com pano úmido e álcool, dos tampos de mesas e assentos de refeitórios antes e após as refeições;
- Coleta e retirada do lixo, duas vezes ao dia, com acondicionamento em sacos plásticos de 100 litros e destinação ao local indicado pela Contratante;
- Execução de outros serviços compatíveis com a frequência diária.

6.2.1.2. Atividades semanais

- Limpeza atrás de móveis, armários e arquivos;
- Limpeza de divisórias, portas e janelas de vidro com produtos adequados;
- Limpeza de portas, barras e batentes pintados a óleo ou vernizados, com produto neutro;
- Lustração de mobiliários envernizados e manutenção de móveis encerados;
- Limpeza de forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- Limpeza e polimento de metais, tais como válvulas, registros, sifões e fechaduras;
- Lavagem, enceramento e lustração de balcões e pisos vinílicos, cerâmicos, de mármore, marmorite e emborrachados;
- Higienização de telefones com pano umedecido em saneantes domissanitários;
- Limpeza de espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;
- Remoção de pó e resíduos de quadros em geral;
- Lavagem de paredes, pisos e divisórias de sanitários e copas;
- Execução de outros serviços compatíveis com a frequência semanal.

6.2.1.3. Atividades mensais

- Limpeza interna e externa de luminárias;
- Limpeza de forros, paredes e rodapés;
- Higienização de persianas e cortinas, com uso de produtos, equipamentos e acessórios adequados, inclusive para remoção de manchas;
- Remoção de manchas em paredes;
- Revisão minuciosa dos serviços executados ao longo do mês;
- Lavagem de tapetes e higienização da brinquedoteca da Casa da Mulher Brasileira em Teresina/PI;
- Execução de outros serviços compatíveis com a frequência mensal.

6.2.2. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL. A execução contratual dos serviços de vigilância patrimonial observará as seguintes rotinas:

- Controle de acesso de pessoas e veículos;
- Fiscalização para evitar acessos não autorizados;
- Monitoramento contínuo de áreas estratégicas;
- Realização de rondas internas e externas com caráter preventivo;

6.2.3. SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, procedimentos, frequência e periodicidade de execução. A execução contratual dos serviços contínuos de copeiragem observará as seguintes rotinas, de forma a atender às necessidades operacionais da Casa da Mulher Brasileira – CMB, no município de Teresina/PI:

- Servir água, chá, café e outras bebidas, conforme demanda da Administração;
- Manusear e preparar bebidas e alimentos, observando as normas sanitárias e de higiene vigentes;
- Efetuar o preparo de bandejas, pratos e mesas para atendimento interno;
- Manter os utensílios da copa devidamente organizados, guardados, limpos e higienizados;
- Manter os ambientes da copa permanentemente limpos, higienizados e organizados;
- Evitar danos, perdas e mau uso de materiais, equipamentos e utensílios;
- Zelar pelo armazenamento, conservação e validade dos alimentos e insumos;
- Realizar a limpeza de equipamentos e pertences da copa, tais como geladeira, fogão, micro-ondas, armários e demais itens utilizados no cotidiano;

- Relacionar e encaminhar à Administração, de forma tempestiva, lista de faltas, reposições e necessidades de utensílios, produtos e materiais de limpeza;
- Operar aparelhos e equipamentos de preparo, aquecimento, refrigeração e manipulação de gêneros alimentícios, conforme orientações técnicas;
- Comunicar imediatamente ao encarregado qualquer quebra, dano ou irregularidade em materiais e equipamentos;
- Cumprir rigorosamente as normas, orientações e procedimentos estabelecidos pela Administração;
- Apresentar-se devidamente uniformizado, com higiene pessoal adequada, no horário estabelecido;
- Manter postura profissional, demonstrando cordialidade, educação, paciência e respeito no atendimento;
- Executar outras tarefas compatíveis com as exigências do serviço de copeiragem e com o exercício da função.

6.2.4. Parágrafo único. As rotinas acima descritas serão executadas de forma contínua, observando-se as condições de execução definidas neste ETP, de modo a garantir a qualidade, a eficiência e a continuidade dos serviços prestados à Casa da Mulher Brasileira.

6.3. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.3.1. Para a perfeita execução dos serviços contratados, a **Contratada** deverá disponibilizar, às suas expensas, todos os **materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e insumos** necessários, em **quantidades compatíveis com a demanda e qualidade adequada**, promovendo a reposição e substituição sempre que necessário, sem ônus adicional para a Administração, conforme definido no **Plano de Trabalho (ID 018285574)**.

6.3.2. SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA. Na execução das atividades de limpeza e higienização dos ambientes, a Contratada deverá fornecer, **mensalmente**, materiais de limpeza em quantidades compatíveis com a demanda dos serviços, incluindo, no mínimo:

- Água sanitária;
- Álcool etílico;
- Balde;
- Esponja de aço;
- Esponja de limpeza;
- Desengordurante;
- Desentupidor de vaso sanitário;
- Desentupidor de pia;
- Desinfetante;
- Desinfetante tipo creolina;
- Detergente;
- Detergente amoniacal;
- Flanela amarela;
- Flanela branca;
- Escova de nylon oval para roupa;
- Escova de nylon oval para vaso sanitário;
- Esponja dupla face;
- Inseticida aerossol;
- Limpa-limo;
- Limpa-vidros;
- Limpador multiuso;
- Luvas de borracha (tamanho G ou conforme necessidade);
- Pá para coleta de resíduos;
- Pano de prato;
- Panos de limpeza variados;
- Papel higiênico (rolo de 30 metros);
- Papel-toalha para toalheiro;
- Pasta de limpeza;
- Pedra sanitária aromatizante;
- Rodo;
- Sabão em barra;
- Sabão em pó;
- Sabonete líquido;
- Sabonete em barra;
- Sacos para lixo nas capacidades de 100 L, 20 L, 10 L e 5 L;
- Toalha de papel;
- Vassoura.

6.3.2.1. Parágrafo único. Os materiais deverão atender às normas sanitárias e ambientais vigentes, sendo vedado o uso de produtos vencidos, deteriorados ou inadequados ao serviço.

6.3.3. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL. Para a execução dos serviços de vigilância patrimonial, a Contratada deverá fornecer todos os **equipamentos, materiais e acessórios operacionais** necessários, observada a legislação específica aplicável, incluindo, no mínimo:

- Colete balístico, compatível com o nível de proteção exigido e dentro do prazo de validade -Protege contra disparos e impactos físicos;
- Botas táticas, resistentes, antiderrapantes e adequadas para longas jornadas de trabalho -Resistentes, antiderrapantes e confortáveis para longas jornadas;
- Luvas táticas, próprias para manuseio de equipamentos e armamentos-Oferecem proteção e firmeza na manipulação de armas e equipamentos;
- Óculos de proteção-Protege contra impactos, luz intensa e partículas;
- Lanterna tática para uso noturno ou em ambientes de baixa iluminação-Essencial para operações noturnas e locais de pouca iluminação;
- Arma de fogo (pistola ou revólver), conforme autorização legal e necessidade do serviço;
- Munição e carregadores sobressalentes-Garantem a continuidade da proteção em caso de confronto;
- Bastão retrátil (tonfa ou cassetete)-Para imobilização e defesa pessoal;

- Spray de pimenta ou ou gás lacrimogêneo, agente químico permitido, observada a legislação vigente-Para controle de situações de risco.

6.3.3.1. Parágrafo único. Todo o armamento e equipamentos deverão estar devidamente **registrados, autorizados e em conformidade com as normas da Polícia Federal e demais órgãos competentes.**

6.3.4. SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM. Para a perfeita execução dos serviços de copeiragem, a Contratada deverá disponibilizar os materiais de consumo e utensílios necessários, incluindo, no mínimo:

- Chá em sachê, em sabores diversos;
- Café;
- Açúcar cristal;
- Adoçante;
- Guardanapo pequeno (pacote com 50 folhas);
- Toalha de papel em rolo;
- Copos descartáveis de 200 ml;
- Copos descartáveis de 50 ml;
- Leite em pó.

6.3.4.1. Parágrafo único. Os materiais de consumo deverão estar dentro do prazo de validade, em perfeitas condições de armazenamento e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

6.4. UNIFORMES

6.4.1. Deverão ser entregues **os conjuntos completos por empregado** no início da execução contratual, com **substituição obrigatória a cada 12 (doze) meses** ou sempre que as peças apresentarem desgaste, danos, desbotamento ou condições inadequadas de uso, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** após comunicação formal do Contratante.

6.4.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser adequados à sua condição, devendo ser substituídos sempre que não apresentarem conforto ou ajuste apropriado.

6.4.3. A entrega dos uniformes deverá ser realizada mediante recibo, cuja cópia, acompanhada do original para conferência, deverá ser encaminhada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6.4.4. Os uniformes deverão permanecer **sempre limpos, bem conservados e em perfeitas condições de uso**, sendo de responsabilidade da empresa contratada a substituição imediata de quaisquer peças danificadas, desgastadas ou que não atendam aos padrões de segurança e apresentação exigidos.

6.4.5. Os uniformes a serem fornecidos pelo **Contratado** a seus empregados deverão ser compatíveis com as atividades a serem desempenhadas no órgão **Contratante, sem qualquer repasse de custos aos empregados**, observando-se as normas de segurança, apresentação profissional e legislação específica.

6.4.6. As peças deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, observando, no mínimo, os seguintes requisitos:

- I - Alta resistência ao desgaste, à lavagem frequente e a rasgos;
- II - Conforto térmico e ergonomia, especialmente para jornada noturna;
- III - Identificação da empresa contratada, por meio de logomarca bordada ou serigrafada na parte frontal e/ou posterior das peças.

6.4.7. SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA. O uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário:

- 04 (quatro) conjuntos de calça e camisa, confeccionados em tecido resistente, na cor padrão definida pela Contratada;
- 01 (um) par de calçados fechados, antiderrapantes, próprios para serviços de limpeza;
- 01 (uma) jaqueta ou blusão para proteção em períodos de frio, quando aplicável;
- 01 (um) avental em PVC para atividades que envolvam serviços úmidos ou manuseio de produtos químicos, quando necessário.

6.4.8. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL. O uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças e equipamentos:

- 04 (quatro) conjuntos de camisas e calças confeccionadas em tecido resistente e de fácil manutenção, nas cores especificadas pelo Contratante;
- Cotonos ou botas táticas antiderrapantes, que garantam conforto e segurança durante a jornada de trabalho;
- Cintos táticos adequados para porte de equipamentos operacionais;
- Colete balístico devidamente certificado, em conformidade com as exigências legais e normativas vigentes;
- Jaqueta ou blusa para proteção contra intempéries, quando necessário;
- Distintivo e crachá de identificação funcional, de fácil visualização.

6.4.9. SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM. O uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário:

- 04 (quatro) conjuntos de calça e camisa, confeccionados em tecido resistente, na cor padrão definida pela Contratada;
- 01 (um) par de calçados fechados, antiderrapantes, próprios para serviços de copeiragem;
- 01 (uma) jaqueta ou blusão para proteção em períodos de frio, quando aplicável;
- 01 (um) avental em PVC para atividades que envolvam manipulação de alimentos ou serviços úmidos, quando necessário.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

7.1. A presente demanda refere-se à necessidade de contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza na Casa da Mulher Brasileira (CMB) em Teresina. O objetivo é manter o pleno funcionamento e a conservação do espaço, que oferece atendimento integral e humanizado às mulheres vítimas de violência.

7.2. SERVIÇOS DE LIMPEZA: O quantitativo de profissionais foi definido com base em índices de produtividade mínima da mão de obra, frequência e peculiaridades das áreas a serem limpas. Considerando a dimensão da Casa da Mulher Brasileira e a necessidade de um ambiente limpo para atendimento adequado, foi estabelecido um quantitativo de três profissionais, 2 (dois) profissionais com escala de 44h semanais e 2 (dois) com escala de 12x36 noturno.

OBJETO	DESCRIÇÃO	QNT. DE TERCEIRIZADOS	QUANTIDADE DE POSTOS
Serviço de limpeza	Auxiliar de limpeza - Escala 12x36 (Noturno)	02	01
MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:			
Água sanitária; Álcool etílico; Balde; Esponja de aço; Esponja de limpeza; Desengordurante; Desentupidor de vaso; Desentupidor de pia; Desinfetante; Desinfetante creolina; Detergente; Detergente amoníaco; Flanela amarela; Flanela branca; Escova de nylon oval/roupa; Escova de nylon oval/vaso; Esponja dupla; Inseticida aerossol; Limpa limo; Limpa vidros; Limpador multiuso; Luvas de borracha G; Luvas de borracha P; Pá de lixo; Pano de prato; Panos de limpeza variados; Papel higiênico rolo 30m; Papel toalha para toalheiro; Pasta de limpeza rosa; Pedra sanitária aromatizante; Rodo; Sabão de pedra; Sabão em pó; Sabonete líquido; Sabonete em barra; Saco de lixo 100l; Saco de lixo 20l; Saco de lixo 10l; Saco de lixo 5l; Toalha de papel; Vassoura.			

7.3. **SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL:** O quantitativo foi determinado com base na necessidade de cobertura completa do espaço, garantindo **plantões noturnos** em regime de escala 12x36, em um posto de vigilância. Isso visa assegurar vigilância ininterrupta, controle de acesso e rondas ostensivas.

OBJETO	DESCRIÇÃO	QNT. DE TERCEIRIZADOS	QUANTIDADE DE POSTOS
Serviço de vigilância patrimonial	Vigilância armada - Escala 12x36 (Noturno)	02	01
MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:			
Colete balístico, compatível com o nível de proteção exigido e dentro do prazo de validade; Botas táticas, resistentes, antiderrapantes e adequadas para longas jornadas de trabalho; Luvas táticas, próprias para manuseio de equipamentos e armamentos; Óculos de proteção; Lanterna tática para uso noturno ou em ambientes de baixa iluminação; Arma de fogo (pistola ou revólver), conforme autorização legal e necessidade do serviço; Munição e carregadores sobressalentes; Bastão retrátil (tonfa ou cassetete); Spray de pimenta ou agente químico permitido, observada a legislação vigente.			

7.4. Com base na estimativa de demanda, serão contratados **02 postos de serviço de copeiragem**, com jornada de **44 horas semanais**, para atender adequadamente a necessidade operacional da Casa da Mulher Brasileira. O quantitativo foi definido levando em consideração o número de servidores, prestadores de serviços e usuários atendidos diariamente pela unidade.

OBJETO	DESCRIÇÃO	QNT. DE TERCEIRIZADOS	QUANTIDADE DE POSTOS
Serviço de copeiragem	Copeira - 12x36 (Diurno)	02	01
MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS:			
Chá em sachê - Sabores diversos; Café; Açúcar Cristal; Adoçante; Guardanapo Pequeno - pct 50 folhas; Toalha de Papel em rolo; Copos descartáveis - 200 ml; Copos descartáveis - 50 ml; Leite em pó.			

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. As estimativas de valor da presente contratação foram elaboradas com base em pesquisa de preços realizada nos termos da legislação vigente, considerando os quantitativos, especificações técnicas e condições de execução definidas neste ETP. Os valores estimados representam o **limite máximo aceitável** para fins de contratação.

8.1.1. **SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA:** O custo estimado total da contratação dos serviços continuados de limpeza é de **R\$ 255.538,08** (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta e oito reais e oito centavos).

OBJETO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (24 MESES)
Serviço de limpeza	01	24	R\$ 10.647,42	R\$ 255.538,08

8.1.2. **SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL:** O custo estimado total da contratação dos serviços de vigilância patrimonial é de **R\$ 630.270,72** (seiscentos e trinta mil, duzentos e setenta reais e setenta e dois centavos).

OBJETO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (24 MESES)
Serviço de vigilância patrimonial	01	24	R\$ 26.261,28	R\$ 630.270,72

8.1.3. **SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM:** O custo estimado total da contratação dos serviços contínuos de copeiragem é de **R\$ 149.018,40** (cento e quarenta e nove mil, dezoito reais e quarenta centavos).

OBJETO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE MESES	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (24 MESES)
Serviço de copeiragem	01	24	R\$ 6.209,10	R\$ 149.018,40

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA ID [0022378767](#))

9.1. A presente contratação **não será parcelada**, tendo em vista tratar-se de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução integrada é essencial para assegurar a eficiência operacional, a padronização dos procedimentos e a adequada coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da Casa da Mulher Brasileira – CMB.

9.2. O parcelamento do objeto implicaria a contratação simultânea de duas ou mais empresas para a execução de serviços distintos em uma mesma unidade administrativa, o que resultaria em aumento da complexidade gerencial, maiores dificuldades na fiscalização e no acompanhamento contratual, sobreposição de rotinas operacionais, conflitos de responsabilidade e elevação dos riscos de falhas na execução, sem que disso decorressem ganhos efetivos de competitividade ou economicidade.

9.3. Embora o princípio do parcelamento tenha por finalidade ampliar a competitividade e evitar a concentração de mercado, sua aplicação deve ser analisada à luz da viabilidade técnica, da vantajosidade econômica e da preservação da adequada execução contratual, conforme previsto nos arts. 18 e 47 da Lei nº 14.133/2021. No caso em análise, o Estudo Técnico Preliminar concluiu pela inviabilidade do parcelamento em contratos distintos, recomendando a estruturação do certame **em 1 (um) LOTE ÚNICO, composto por 3 (três) itens**, correspondentes aos serviços de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem.

9.4. A opção pela contratação unificada possibilita a **centralização da responsabilidade contratual, facilita o controle, o monitoramento e a fiscalização da execução, assegura maior uniformidade e padronização na prestação dos serviços e reduz os custos administrativos associados à gestão de múltiplos contratos**. Ademais, permite maior integração entre as equipes, maior fluidez operacional e resposta mais célere a eventuais intercorrências.

9.5. Do ponto de vista econômico, a contratação em lote único favorece a economia de escala, possibilitando a obtenção de melhores condições comerciais, maior eficiência na alocação de recursos e redução de custos indiretos para a Administração. Sob o aspecto do gerenciamento de riscos, a centralização contratual minimiza riscos operacionais, contratuais e de coordenação, ampliando a segurança e a previsibilidade da execução.

9.6. Dessa forma, a **decisão de NÃO parcelar a contratação**, com a adoção de **lote único composto por três itens**, fundamenta-se em critérios técnicos, econômicos e gerenciais, revelando-se a alternativa mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração Pública. Tal escolha atende aos princípios da eficiência, da economicidade, do interesse público e da continuidade do serviço público, garantindo a efetividade da contratação e a adequada prestação dos serviços continuados no âmbito da Secretaria de Estado das Mulheres – SEMPI, especificamente na Casa da Mulher Brasileira – CMB.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Após análise do planejamento institucional e dos processos administrativos em curso, não foram identificadas contratações anteriores, vigentes ou futuras que apresentem relação de dependência técnica, operacional ou financeira direta com a presente demanda.

10.2. A contratação pretendida possui objeto, escopo e operacionalização próprios, sendo plenamente executável de forma independente, não exigindo integração, vinculação ou condicionamento a outros contratos ou processos administrativos em andamento ou previstos.

10.3. Ressalta-se que, embora os serviços objeto desta contratação componham o conjunto de atividades de apoio ao funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, sua execução é autônoma, não havendo interdependência que inviabilize ou condicione a sua implementação isolada.

11. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (JUSTIFICATIVA ID [0022378767](#))

11.1. O objeto da presente contratação não consta no Plano Anual de Contratações – PCA referente ao exercício de 2026, em razão de tratar-se de demanda vinculada a recurso oriundo de convênio federal, **formalizado por meio do Termo de Convênio nº 970618/2024**, cuja celebração e disponibilização orçamentária ocorreram após a consolidação do referido instrumento de planejamento. Plano de trabalho (ID [016834424](#)), Plano de trabalho atualizado (ID [018285519](#), [018285543](#), [018285574](#)), Parecer do Ministerio aprovando o ajuste do plano de trabalho (ID [018749207](#)), Orçamento (ID [0022299509](#)).

11.2. Não obstante a ausência de previsão no PCA, a contratação encontra-se devidamente fundamentada em demanda concreta, atual e imprescindível ao funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, estando regularmente instruída e plenamente compatível com os objetivos institucionais da Administração Pública Estadual, em observância aos princípios do planejamento, da motivação, da eficiência e da vantajosidade, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.3. Ressalta-se que a inexistência de previsão no Plano Anual de Contratações não constitui óbice à tramitação do procedimento, conforme disposto no art. 23, inciso IX, do Decreto Estadual nº 21.872, de 07 de março de 2023, desde que devidamente justificada a necessidade da contratação e demonstrada sua compatibilidade com os planos, programas e diretrizes estratégicas vigentes, requisitos estes atendidos no presente Estudo Técnico Preliminar.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

12.1. A contratação dos serviços continuados de **limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem**, com dedicação exclusiva de mão de obra, tem por objetivo alcançar resultados concretos e mensuráveis que assegurem o pleno funcionamento da Casa da Mulher Brasileira – CMB, em consonância com sua finalidade institucional de atendimento integral, humanizado e ininterrupto às mulheres em situação de violência.

12.2. De forma integrada, espera-se que a contratação possibilite:

I – Qualidade, Eficiência e Sustentabilidade dos Serviços

Assegurar a execução dos serviços com elevados padrões de qualidade, eficiência operacional e responsabilidade ambiental, mediante a utilização de mão de obra qualificada, materiais adequados e práticas compatíveis com as normas técnicas e ambientais vigentes.

II – Ambiente Seguro, Higienizado e Acolhedor

Garantir a manutenção de um ambiente limpo, organizado, seguro e acolhedor, que promova conforto, dignidade e bem-estar às usuárias, servidores, colaboradores e visitantes, reforçando o caráter humanizado do atendimento prestado pela CMB.

III – Segurança Institucional e Patrimonial

Assegurar a proteção das instalações, dos bens públicos e da integridade física das pessoas que frequentam a unidade, prevenindo e coibindo ocorrências de violência, vandalismo, furtos ou quaisquer situações que comprometam a ordem, a segurança e a continuidade das atividades institucionais.

IV – Preservação do Patrimônio Público

Contribuir para a conservação da estrutura física, mobiliários e equipamentos da Casa da Mulher Brasileira, reduzindo os efeitos da depreciação e promovendo a adequada utilização dos bens públicos, com reflexos positivos na economicidade e na durabilidade dos ativos.

V – Continuidade e Regularidade das Atividades

Assegurar a prestação contínua e ininterrupta dos serviços de apoio essenciais ao funcionamento da unidade, permitindo que as equipes técnicas e administrativas se dediquem integralmente às atividades finalísticas da instituição.

VI – Otimização de Recursos e Gestão Eficiente

Promover o uso racional dos recursos públicos, por meio de adequada gestão de insumos, controle de materiais e organização das rotinas operacionais, evitando desperdícios e assegurando maior eficiência na execução contratual.

VII – Conformidade Contratual e Governança

Garantir que os serviços sejam executados em estrita conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato, fortalecendo a transparência, o controle, a fiscalização e a boa governança na aplicação dos recursos públicos.

VIII – Alinhamento com os Objetivos Estratégicos da CMB

Alinhar a contratação aos objetivos estratégicos da Casa da Mulher Brasileira e às diretrizes das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, contribuindo para a efetividade, a qualidade e a credibilidade dos serviços ofertados.

13. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

13.1. Após a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), será elaborado o respectivo Termo de Referência, contendo a descrição detalhada do objeto, as especificações técnicas, as condições de fornecimento, os critérios de sustentabilidade, os prazos, as exigências contratuais e os quantitativos estimados.

13.2. A contratação será realizada por meio da modalidade pregão eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), de acordo com os critérios de economicidade, vantajosidade e racionalidade administrativa.

13.3. Os órgãos interessados deverão manifestar sua adesão por meio da Intenção de Registro de Preços (IRP), cujas informações consolidadas servirão de base para definição dos quantitativos estimados e limites de fornecimento.

13.4. O processo seguirá os trâmites previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 21.872/2023 e na Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, bem como demais normativos aplicáveis à Administração Pública Estadual.

13.5. Será designada uma equipe técnica responsável pela condução do processo licitatório, pela elaboração dos documentos complementares e pela análise das propostas apresentadas pelos licitantes.

13.6. Após a contratação, será nomeado fiscal de contrato com competência para acompanhar e registrar as ocorrências da execução, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, incluindo: Controle de prazos de entrega; Verificação da qualidade dos produtos; Substituição de itens em desconformidade; Registro de não conformidades e aplicação de sanções, se cabíveis.

13.7. Os órgãos participantes deverão manter comunicação direta com a contratada, informando a necessidade de entregas de forma parcelada, respeitando os limites da Ata de Registro de Preços e da dotação orçamentária.

14. ANÁLISE DOS RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL ART. 8º, X, DA LEI 14.133/21:

14.1. Em atendimento ao disposto no art. 8º, inciso X, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, procede-se à identificação, análise e tratamento dos principais riscos que possam comprometer o êxito da licitação e a adequada execução contratual referente à contratação de serviços continuados de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem, com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da Casa da Mulher Brasileira – CMB.

14.2. A análise de riscos constitui etapa essencial do planejamento da contratação, permitindo à Administração antecipar eventos adversos, adotar medidas preventivas e corretivas e assegurar a regularidade do certame, a seleção da proposta mais vantajosa e a continuidade dos serviços essenciais prestados à unidade, cuja interrupção poderia impactar diretamente a segurança, a higiene e o atendimento humanizado às mulheres em situação de violência.

14.3. RISCOS RELACIONADOS À FASE DE PLANEJAMENTO E LICITAÇÃO**14.3.1. Deficiência na definição do objeto e das especificações técnicas**

- *Risco:* Elaboração inadequada do Termo de Referência, com descrições genéricas ou imprecisas, passíveis de interpretações divergentes, impugnações ao edital ou dificuldades na execução contratual.
- *Medida mitigadora:* Elaboração de Termo de Referência claro, detalhado e padronizado, contendo definição precisa das atividades, quantitativos, jornadas de trabalho, insumos, critérios de medição e pagamento, submetido à revisão técnica prévia pelas áreas demandante e de contratações.

14.3.2. Pesquisa de preços inadequada ou defasada

- *Risco:* Estimativas de custos incompatíveis com os preços praticados no mercado, podendo resultar em licitação deserta, fracassada ou contratação antieconômica.
- *Medida mitigadora:* Realização de pesquisa de preços ampla, atualizada e fundamentada, com utilização de múltiplas fontes idôneas, em conformidade com as orientações normativas vigentes.

14.3.3. Baixa competitividade do certame

- *Risco:* Restrição indevida à competitividade decorrente da fixação de exigências excessivas ou desproporcionais de habilitação.
- *Medida mitigadora:* Definição de requisitos de habilitação técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira compatíveis com o objeto, devidamente justificados e proporcionais, evitando cláusulas restritivas sem amparo técnico.

14.4. RISCOS RELACIONADOS À EXECUÇÃO CONTRATUAL**14.4.1. Inadimplência trabalhista, previdenciária ou fundiária da contratada**

- *Risco:* Descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, com potencial responsabilização subsidiária da Administração.
- *Medida mitigadora:* Fiscalização contínua do contrato, com exigência de comprovação periódica do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, além da previsão de retenção de pagamentos e aplicação de sanções, quando cabível.

14.4.2. Rotatividade excessiva ou ausência de profissionais alocados

- *Risco:* Descontinuidade dos serviços, prejuízo à qualidade da execução e comprometimento do funcionamento regular da CMB.
- *Medida mitigadora:* Exigência de reposição imediata de postos em caso de faltas, afastamentos ou desligamentos, aplicação de penalidades contratuais e acompanhamento sistemático da execução pela fiscalização.

14.4.3. Prestação dos serviços com qualidade inferior à exigida

- *Risco:* Execução inadequada dos serviços de limpeza, vigilância patrimonial ou copeiragem, afetando a segurança, a higiene e o acolhimento institucional.
- *Medida mitigadora:* Estabelecimento de indicadores objetivos de desempenho, critérios claros de medição, previsão de glosas proporcionais e aplicação das sanções contratuais previstas.

14.4.4. Falhas na vigilância patrimonial

- *Risco:* Ocorrências que comprometam a integridade física das usuárias, servidores e visitantes, bem como a segurança do patrimônio público.
- *Medida mitigadora:* Exigência de vigilantes devidamente habilitados, treinados e equipados, fiscalização rigorosa das escalas, dos equipamentos e da atuação da equipe, bem como registro formal de ocorrências.

14.4.5. Fornecimento inadequado de materiais, insumos e equipamentos

- *Risco:* Prejuízo à execução dos serviços e à qualidade do ambiente institucional.
- *Medida mitigadora:* Previsão contratual expressa quanto à obrigação de fornecimento de materiais, insumos e equipamentos adequados, com verificação periódica da qualidade, quantidade e validade, e substituição imediata quando necessário.

14.5. RISCOS RELACIONADOS À GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**14.5.1. Insuficiência de fiscalização contratual**

- *Risco:* Falhas na execução dos serviços não detectadas tempestivamente, comprometendo os resultados esperados da contratação.
- *Medida mitigadora:* Designação formal de fiscais técnico, administrativo e setorial, conforme a Lei nº 14.133/2021, capacitação da equipe de fiscalização, utilização de relatórios periódicos e registro formal das não conformidades identificadas.

14.6. Conclui-se que os riscos identificados são inerentes à natureza da contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, entretanto, são plenamente passíveis de mitigação por meio de planejamento adequado, definição clara das obrigações contratuais, fiscalização efetiva e adoção tempestiva das medidas administrativas cabíveis, não comprometendo a viabilidade da contratação nem a boa execução dos serviços.

15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

15.1. A contratação dos serviços continuados de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem, com dedicação exclusiva de mão de obra, pode ocasionar impactos ambientais de diferentes naturezas, os quais devem ser devidamente identificados e mitigados, em observância aos princípios do desenvolvimento sustentável, da eficiência e da responsabilidade socioambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

15.2. Serviços de Limpeza

15.2.1. A prestação dos serviços de limpeza apresenta potencial de impacto ambiental principalmente em razão do consumo de água e energia elétrica, da geração de resíduos sólidos e da utilização de produtos químicos. Para mitigar tais impactos, a empresa contratada deverá adotar, no mínimo, as seguintes medidas:

- Utilização preferencial de produtos de limpeza ecologicamente corretos e biodegradáveis, devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ressalvada a inexistência de alternativa disponível no mercado distribuidor;
- Implementação de procedimentos de coleta seletiva, acondicionamento adequado e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Emprego de equipamentos e utensílios de limpeza que promovam a redução do consumo de água e energia, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados;
- Utilização de produtos destinados à limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações, especificações e autorizações estabelecidas pela ANVISA.

15.3. Serviços de Vigilância Patrimonial

15.3.1. Os serviços de vigilância patrimonial apresentam baixo potencial de impacto ambiental direto, tendo em vista a natureza predominantemente operacional e de monitoramento das atividades. Ainda assim, a contratada deverá adotar práticas sustentáveis voltadas à racionalização do uso de recursos, tais como:

- Uso consciente de energia elétrica nos postos de vigilância, com desligamento de equipamentos não essenciais;
- Orientação dos profissionais quanto à adoção de práticas sustentáveis no exercício de suas atividades;
- Observância das normas ambientais aplicáveis e apoio às diretrizes de sustentabilidade adotadas pela Administração.

15.4. Serviços de Copeiragem

15.4.1. A prestação dos serviços contínuos de copeiragem pode gerar impactos ambientais associados, principalmente, ao consumo de água e energia elétrica, bem como à geração de resíduos sólidos. Para minimizar esses impactos, a contratada deverá implementar as seguintes ações:

- Otimização do uso de materiais, insumos e utensílios, priorizando alternativas sustentáveis e reutilizáveis sempre que possível;
- Redução do desperdício de água, energia e materiais, mediante a adoção de práticas operacionais eficientes e a conscientização permanente dos colaboradores;
- Desenvolvimento e implementação de programa interno de treinamento e capacitação dos profissionais, com foco no uso racional dos recursos naturais e na adequada gestão de resíduos sólidos, em consonância com a legislação ambiental vigente;
- Adoção de práticas sustentáveis em todas as etapas da execução dos serviços, demonstrando compromisso com a preservação ambiental, a eficiência operacional e a conformidade com as normas ambientais aplicáveis.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE

16.1. Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de serviços continuados de limpeza, vigilância patrimonial e copeiragem, com dedicação exclusiva de mão de obra, revela-se **necessária, adequada e plenamente viável**, constituindo solução tecnicamente apropriada e economicamente vantajosa para atender às demandas operacionais da Casa da Mulher Brasileira – CMB, no município de Teresina/PI.

16.2. O objeto da contratação mostra-se essencial para a garantia do funcionamento regular, seguro e ininterrupto da unidade, que presta atendimento integral, especializado e humanizado às mulheres em situação de violência, não sendo possível sua execução direta pela

Administração em razão da inexistência de servidores próprios com atribuições, quantitativo e qualificação compatíveis com as atividades demandadas.

16.3. Verificou-se que os serviços pretendidos enquadram-se como **serviços comuns e de natureza continuada**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, permitindo a adequada mensuração, fiscalização e controle da execução contratual. Ademais, a adoção do regime de dedicação exclusiva de mão de obra mostra-se necessária para assegurar a continuidade, a qualidade e a eficiência dos serviços, especialmente considerando o funcionamento da CMB em regime de 24 (vinte e quatro) horas.

16.4. A análise dos riscos associados à licitação e à execução contratual demonstrou que os principais riscos identificados são inerentes à natureza do objeto, porém **passíveis de mitigação** mediante planejamento adequado, definição clara das responsabilidades contratuais, fiscalização efetiva e aplicação tempestiva das medidas administrativas cabíveis, não comprometendo a viabilidade da contratação.

16.5. Constatou-se, ainda, que os impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços são **controláveis e de baixo a médio impacto**, sendo plenamente mitigáveis por meio da adoção de práticas sustentáveis, uso racional de recursos naturais, correta gestão de resíduos e observância das normas ambientais vigentes.

16.6. Dessa forma, resta evidenciada a **conveniência, oportunidade e vantajosidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, com a elaboração do Termo de Referência e demais documentos necessários, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, sustentabilidade e interesse público.

RAISSA MANUELY GONÇALVES CAVALCANTE ANDRADE

Coordenadora de Projetos

ZENAIDE BATISTA LUSTOSA NETA

Secretária | Secretaria Estadual das Mulheres - SEMPI

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar que tem por objetivo a análise da viabilidade de realização de **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E COPEIRAGEM**, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao atendimento das necessidades da Casa da Mulher Brasileira – CMB, unidade localizada no município de Teresina/PI.

APROVO

SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO

Secretário de Estado da Administração do Piauí - SEAD



Documento assinado eletronicamente por **ZENAIDE BATISTA LUSTOSA NETA** - Matr.00000000-0, **Secretária**, em 12/02/2026, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAISSA MANUELY GONCALVES CAVALCANTE ANDRADE** - Matr.0429948-5, **Coordenadora**, em 12/02/2026, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO** - Mat.0209541-2, **Secretário de Estado**, em 20/02/2026, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0022212457** e o código CRC **59734717**.